



ESPAÇO DAS ÁGUAS

Comitê da Bacia Hidrográfica do Piancó-Piranhas-Açu leva suas ações para o XXV ENCOB



Durante cinco dias a capital do RN vai sediar grandes discussões sobre as bacias hidrográficas do Brasil - Foto: Site oficial do Encob

O Rio Grande do Norte sedia de 21 a 25 de agosto de 2023 a XXV Edição do Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas. Tendo como tema central “Águas do Brasil: Governança, Adaptação e Desenvolvimento”, o evento tem previsão de reunir mais de 2 mil pessoas de todo o Brasil.

O ENCOB tem uma realização do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH) em parceria com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH, e a Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas – REBOB.

A importância que o ENCOB tem para os comitês de bacias é sentida na própria preparação que cada instituição se propõe a fazê-la. Foi assim com o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piancó-Piranhas-Açu. Além de exposições fotográficas e vídeos contando algumas de suas ações ao longo dos últimos anos, o CBH PPA pretende aproveitar a participação no ENCOB para trocar experiências e conhecer práticas desenvolvidas pelos comitês de outras regiões.

Em sua mensagem dirigida ao evento a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra destacou a satisfação em receber o XXV ENCOB. “*Celebramos*

essa parceria que promoverá o debate sobre a sustentabilidade dos recursos hídricos e a gestão democrática e participativa com toda a sociedade. É gratificante saber que o lugar de importância da água está assegurado nas discussões neste momento em que o Brasil está retomando o protagonismo nas questões ambientais. Temos certeza que teremos importantes contribuições de todos os estados para a gestão futura dos recursos hídricos e assim garantirmos segurança hídrica e água em qualidade e quantidade para a população”.

O Rio Grande do Norte possui mais de 400km de litoral, e é natural que os destinos mais procurados sejam as praias potiguares. Mas, nem só de mar vive o potiguar e o turista que escolhe o RN como destino. Há muita potencialidade a ser explorada em todo o Estado.

No interior o destaque fica para as festas de carnaval (Caicó, Macau e Guamaré), São João (Mossoró) e de datas religiosas (Festa de Santana em Caicó e Currais Novos; de Santa Luzia em Mossoró; de Nossa Senhora da Guia, em Acari; e de São Sebastião em Parelhas e Caraúbas).

Também tem crescido o turismo gastronômico com destaque para os festivais de Martins, Pipa, Lagoa Nova e

Cerro Corá.

Para quem gosta de frio, as temperaturas das regiões serranas de Monte das Gameleiras, Martins e Serra de São Bento chegam a 15 graus e são um convite para se apreciar uma conversa em torno de uma fogueira.

O turismo é responsável por uma das principais receitas do Estado do RN. Gera mais de 100 mil empregos e possui outras 54 atividades atreladas a si direta ou indiretamente.





Fala de Waldemir Fernandes, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu

O CBH PPA é um comitê totalmente em clima semiárido, apresentando uma irregularidade nas chuvas, pois caracteriza-se pela concentração em poucos meses do ano com uma forte variabilidade interanual. A alternância na pluviosidade é uma constância, sendo que prevalece na região secas prolongadas e baixa disponibilidade hídrica. Os rios da bacia são intermitentes em condições naturais, ocorrendo a perenização por meio de reservatórios de regularização, reservatórios esse construídos, na sua maioria e principalmente os mais representativos, pela União, por meio do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, onde podemos destacar os Açudes de Curema/Mãe D'Água; Engenheiro Ávidos; São Gonçalo; Lagoa do Arroz, no Estado da Paraíba, e Armando Ribeiro Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Norte, encontrando-se em construção a Barragem de Oiticica, cuja capacidade é de aproximadamente 500 hm³.

O CBH PPA, cumprindo o que preceitua a Lei nº 9.433/97, procura de forma incansável aplicar e fazer todas as diretrizes traçadas e elencadas para uma boa gestão de recursos hídricos e, assim sendo, tem como seu principal instrumento de ação o seu plano de recursos hídricos. O PRH da bacia foi aprovado após anos de estudo para sua elaboração, em 2016, tendo, conforme apurado na oportunidade da sua atualização/revisão, alcançado uma meta de aproximadamente 70% (setenta por cento) das ações projetadas, índice que podemos considerar alto, tanto por conta das adversidades climáticas da bacia como pela inexistência de cobrança. Enfatize-se que a cobrança é, atualmente, a meta prioritária do CBH PPA, devendo, ainda, ser objeto de reflexão e deliberação, tanto por parte do Comitê, como pelos Órgãos gestores com abrangência na bacia, ANA/AESA/IGARN – Federal e Estaduais. Existe uma grande inclinação para que seja sugerida uma gestão partilhada, onde cada Estado assumiria a gestão na sua área de titularidade geográfica com uma supervisão do órgão gestor federal. Podemos destacar diversas ações do PRH cuja abrangência foi de grande importância e crescimento do Comitê. Desnecessário, no momento, enumerar todas elas, entretanto, não podemos esquecer e, comentar algumas delas, fato que nos envaidece e causa o nosso contentamento na certeza de contribuição para uma boa gestão de recursos hídricos na bacia.

Destacamos o Projeto Seridó que teve por objetivo garantir a segurança hídrica, onde foi realizados estudos de concepção e de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental e elaboração do projeto básico de sistemas adutores objetivando a garantia de suprimento de água para consumo humano e atividades produtivas na Região do Seridó no Estado do Rio Grande do Norte. Outro projeto que merece destaque é o Projeto de Reuso Agrícola de Água, elaborado com recursos disponibilizados pela ANA,

por meio do Termo de Parceria Nº 001/2015/ANA, assinado com a Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó – ADESE, cujo objetivo era a execução de projeto de apoio as ações do comitê de bacia hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu. O Projeto de Reuso contemplou a elaboração de estudos técnicos preliminares e projeto básico de quatro sistemas de reuso agrícola de água para os municípios de Serra Negra do Norte/RN, São Fernando/RN, Jucurutu/RN e Itaporanga/PB.

Inicialmente, o projeto contemplava 06 (seis) cidades, sendo 03 (três) no Estado da Paraíba e 03 (três) no Estado do Rio Grande do Norte, no entanto, em decorrência de questões de regularidade fiscal, duas cidades do Estado da Paraíba foram excluídas. Os projetos, elaborados pela empresa INCIBRA, tiveram por objetivos: Estabelecer e implementar ações estratégicas de promoção do reuso agrícola de água; Estudo de alternativas técnico e economicamente viáveis de projeto para os sistemas de reuso agrícola de água; Estudo de alternativas de implantação, operação, manutenção e controle, levando em consideração os aspectos ambientais, sociais e econômicos; e Identificação das áreas e as culturas a serem irrigadas, bem como práticas de manejo do solo.

O CBH PPA realiza anualmente, no cumprimento das atribuições previstas no Art. 38, Inciso II, da Lei nº 9.433/97, arbitragem, como primeira instância administrativa, a alocação negociada de água nos seus principais reservatórios. Atualmente, mais de 20 (vinte) reservatórios passam pelo processo de negociação pelo direito do uso da água, processos estes que são instrumentalizados pelos Órgãos gestores conforme a sua dominialidade. Destaque deve ser dado para a constante participação do Comitê em ações visando, não somente a boa gestão dos recursos hídricos, mas também iniciativas voltadas para a manutenção e conservação dos reservatórios e dos rios existentes na bacia. Foram várias as campanhas realizadas, tanto em parceria a ANA, como com a AESA e IGARN.

Não podemos esquecer também a presteza de diversos parceiros do Comitê na luta diária em ações que tinham como objetivo o equilíbrio do meio ambiente e sua recuperação quando necessária, com destaque para alguns municípios inseridos na bacia, que forneceram pessoal, máquinas e equipamentos. Avançamos, contamos hoje com o PRH devidamente atualizado, porém, sabemos que a batalha não terminou, talvez, nem tenha começado, são inúmeros os obstáculos que temos a enfrentar, entretanto, a cada dia buscamos a união do povo Paraibano e Norteriograndense para juntos tentarmos garantir para as gerações presentes e futuras um meio ambiente ecologicamente equilibrado e que, nossa gente não mais sofra os efeitos das estiagens, com secas prolongadas, como outrora sofrera.

“Água é vida! Juntos, Paraíba e Rio Grande do Norte, somos mais fortes”.





Municípios da Paraíba realizam série de reuniões de alocação de águas



Do dia 20 a 26 de julho a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, em parceria com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu – CBH PPA realizou uma série de reuniões de alocação de águas em municípios paraibanos.

A primeira delas aconteceu no dia 20 de julho de forma virtual, com usuários do sistema hídrico Santa Inês. As demais reuniões aconteceram de forma presenciais nas cidades de Cajazeiras/PB no dia 24 de

julho; em Sousa/PB no dia 25 de julho e em Coremas/PB no dia 26 de julho.

As últimas reuniões de alocação de águas aconteceram nos dias 03 e 18 de agosto, respectivamente sobre os sistemas hídricos Cruzeta, Itans/Caicó e Marechal Dutra/Acari, na região do Seridó Potiguar.

Os Termos de Alocação de Águas, seus limites, regras e condições de uso de recursos hídricos e de operação do reservatório são aprovados por todos os participantes da plenária. Ao final de cada

reunião é elaborado um documento, e seu descumprimento sujeita os responsáveis às penalidades previstas na legislação pertinente.

Devidamente assinado o Termo de Alocação de Água é encaminhado aos órgãos reguladores e usuários de recursos hídricos, ao Ministério Público, aos membros da Comissão de Acompanhamento e aos demais interessados.





Seridó Potiguar: reunião define alocação de águas dos açudes Santo Antônio e Carnaúba



A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, em parceria com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu realizou na terça-feira, dia 11 de julho, a reunião de alocação de Águas dos açudes Santo Antônio e Carnaúba, em São João do Sabugi.

O evento aconteceu no auditório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STTR e reuniu representantes de diversos segmentos da sociedade, dentre esses, agricultores, piscicultores, associações comunitárias, órgãos gestores em recursos hídricos do Estado do RN (Igam e Semarh), Prefeito Municipal e Vereadores do

município de São João do Sabugi/RN, e representantes da Câmara de Vereadores de Caicó/RN.

A coordenação dos trabalhos ficou a cargo de Edgar Machado, especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento.

Agricultores que participaram da reunião gostaram da discussão. Foi o caso de Adjuto Alves Rangel, morador do Sítio Bela Flor, na zona rural de Caicó.

Apesar das discussões acaloradas, para ele, a reunião de alocação cumpriu com sua finalidade.

Quem também saiu satisfeito

com o resultado da reunião foi o presidente eleito da Comissão de Acompanhamento da Alocação de Água do Sistema Sabugi, Alex Sandro Alves. Para ele, diante da situação de alerta com relação ao volume atual dos dois reservatórios, prevaleceu o diálogo entre os participantes.





Região do Vale do Açu realizou reunião de alocação de águas da Armando Ribeiro e do Açude Mendubim



A região do Vale do Açu realizou na quinta-feira, dia 12 de julho, a reunião de alocação de águas da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves (ARG) e do Açude Mendubim.

O evento, realizado no auditório da UERN, foi promovido pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, em parceria com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu – CBH PPA, sob a coordenação do Sr. Edgar Machado, Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento.

O vice-presidente do CBH PPA, Francisco Auricélio de Oliveira, destacou a importância das reuniões de alocações. Quem também participou da reunião foi o secretário de Recursos Hídricos e Meio Ambiente do RN, Paulo Varela, que resumiu a reunião de alocação como um dos instrumentos mais importantes para fazer gestão de água. A reunião do Vale do Açu contou com a participação de representantes do CBH PPA, Semarh, IGARN, DNOCS, Caern, usuários de água, Sindicatos, Associações

das Comunidades Rurais e representantes dos municípios beneficiados pelo sistemas hídrico ARG/Mendubim.





CBH PPA integra comitiva que visitou obras do Eixo Norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco



Uma comitiva formada por representantes do Ministério do Desenvolvimento Regional, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, Codevasf, Governos da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará, além do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piancó-Piranhas-Açu visitou no início do mês de agosto as obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco, no Eixo Norte que leva água para as cidades de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco é a maior obra de infraestrutura hídrica do País, dentro da Política Nacional de Recursos Hídricos. Com 477 quilômetros de extensão em dois eixos (Leste e Norte), o empreendimento vai garantir a segurança hídrica de 12 milhões de pessoas em 390 municípios nos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, onde a estiagem é frequente.

Um dos principais objetivos da transposição das águas do Velho Chico é amenizar os impactos da crise hídrica na região, garantindo o fornecimento de água para o consumo humano, animal, agricultura e outros afins.

Nascido em Minas Gerais o Rio São Francisco percorre 2,8 mil quilômetros, atravessando os estados da Bahia,

Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

Os dois eixos (Norte e Leste) englobam a construção de 13 aquedutos, nove estações de bombeamento, 27 reservatórios, nove subestações de 230 quilowatts, 270 km de linhas de transmissão em alta tensão e quatro túneis.

No Eixo Norte as obras do PISF passam pelos municípios de Cabrobó, Salgueiro, Terranova e Verdejante (PE); Penaforte, Jati, Brejo Santo, Mauriti e Barro (CE); em São José de Piranhas, Monte Horebe e Cajazeiras (PB). Enquanto que no Eixo Leste a obra atravessa os municípios pernambucanos de Floresta, Custódia, Betânia e Sertânia; e em Monteiro, na Paraíba.





Comitês de Bacias Hidrográficas apoiam a implementação da cobrança pelo uso da água



Presidentes de Comitês das Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Norte a Paraíba saíram recentemente em defesa da cobrança pelo uso da água bruta como um dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos presentes na Lei das Águas, criada em 1997, e que também está presente em uma lei estadual de 1996, e que ela é essencial para a otimização da gestão dos recursos hídricos do RN.

Os presidentes também concordam que somente com a implementação da cobrança pelo uso da água bruta será possível realizar as ações de gestão das águas de forma mais eficiente em prol de melhorias para a população.

Os CBHs são órgãos colegiados com funções deliberativas, normativas e consultivas, composto pelo poder público, usuários de água e sociedade civil com o objetivo principal de gerenciar as águas da bacia onde atua.

A presidente do CBH do rio Ceará-Mirim, Wagna Dantas, ressaltou que a cobrança, além de levar recursos para os comitês, também terá um efeito positivo para a conscientização sobre o uso sustentável pelos usuários.

“Os comitês precisam de recursos para a melhoria das suas ações de gestão nas

bacias e a cobrança pelo uso da água bruta trará essa sustentabilidade. Outro ponto fundamental é que zelar pela água dos rios é importante, e na hora que o usuário passar a pagar, ele terá mais cuidado com o desperdício dessa água”.

O presidente do CBH do rio Apodi-Mossoró, Jorge Pinto Filho, destacou algumas das dificuldades enfrentadas na gestão do comitê, que é o maior do estado, englobando 52 municípios, e será um dos receptores das águas da transposição do rio São Francisco no RN.

“Temos demandas por diversos tipos de uso das águas e grandes desafios, como a ausência da gestão de resíduos sólidos, esgotamento sanitário, abastecimento de água, a necessidade de criação de unidades de conservação, efetivação dos componentes de saneamento ambiental, entre outros. A cobrança permitirá a criação de um plano propositivo de recursos hídricos da bacia, composto por diagnóstico, prognóstico, e a devida forma de gerenciamento. Como receptores das águas do São Francisco, também precisamos refletir sobre o que queremos fazer com essa água e quais os investimentos”, disse.

O presidente do CBH do rio Pitimbu, Heber Vila, também enfatizou a importância da cobrança para o Comitê e para a gestão das águas.

O presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu, Waldemir Azevedo, também defende a cobrança pelo uso da água bruta, e pontuou que, diferentemente de alguns discursos que vem sendo propagados, os valores da cobrança pelo uso da água bruta, em algumas situações, chegam a ser insignificantes, e os valores são reinvestidos em obras hídricas nas bacias onde são arrecadados.

“Pela Lei Federal 9.433/97 (que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos), a água já foi estabelecida que é um bem que pode se acabar e tem valor econômico, então é necessário nós darmos valorização e cobrar-se uma tarifa pela água para que a gente consiga fazer com que ela demore o maior tempo possível para as futuras gerações e atuais também, pois não podemos usar água em abundância sem técnicas de bom uso para cultivo e até para higiene pessoal”, ponderou.



Comitiva da ANA, Semarh e IGARN visitam obras em reservatórios hídricos do Seridó Potiguar



Os diretores da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, Luiz André, Tibério Pinheiro e Bruno Rebouças acompanhados do secretário de Recursos Hídricos e Meio Ambiente do RN, Paulo Varela, do diretor-presidente do IGARN, Paulo Sidney e do diretor-técnico Procópio Lucena visitaram no último dia 05 de julho as obras de recuperação da Barragem das Traíras e da Barragem de Oiticicas.

A primeira visita foi a Passagem das Traíras na tarde da quarta-feira (05) e o segundo compromisso foi na Barragem de Oiticicas na manhã do dia 06.

Diretores do CBH-PPA participaram do I Fórum de Reforma Agrária de Aparecida/PB

O Município de Aparecida/PB realizou no dia 14 de junho o I Fórum de Reforma Agrária.

O evento acontece no auditório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e teve a participação do superintendente do INCRA/PB, Antônio Barbosa Filho, de autoridades políticas e do Coordenador-Geral do Escritório Estadual do Desenvolvimento Agrário na Paraíba, Cícero Gregório de Lacerda Legal.

Também prestigiaram o evento o diretor-presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu, Waldemir Fernandes de Azevedo e o segundo-secretário Jacodemes Garrido de Sousa.



Antecedendo as reuniões de alocação de águas, técnicos da ANA realizaram visitas em sistemas hídricos da Paraíba



Uma comissão da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico realizou em 19 de junho de 2023 uma vistoria nos reservatórios Curema/Mãe D'Água, Lagoa do Arroz e São Gonçalo, integrantes da Bacia Hidrográfica dos Rios Piancó-Piranhas-Açu, na Paraíba.

A coordenação dos trabalhos ficou a cargo de Edgar Gaya Banks Machado, especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento e foi acompanhado pelo presidente do CBH PPA, Waldemir Fernandes de Azevedo.

De acordo com Edgar a visita aconteceu em um momento importante que antecedeu as reuniões de pré alocação de águas. As visitas permitem a ANA uma ideia das condições operativas dos sistemas hídricos e das condições dos canais, como o do Perímetro de São Gonçalo, por exemplo, além de um diagnóstico mais amplo da real condição operativa desses sistemas.



CTPI retoma discussão sobre cobrança pelo uso da água bruta na Bacia Hidrográfica dos Rios Piancó-Piranhas-Açu



Membros da Câmara Técnica de Planejamento Institucional (CTPI) do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piancó-Piranhas-Açu se reuniram na terça-feira, dia 01 de agosto na sede do CBH PPA em Caicó/RN.

Os trabalhos foram conduzidos pelo coordenador da Câmara Técnica, Nelson César Fernandes Santos. Na pauta a apresentação dos estudos realizados sobre a cobrança pelo uso da água bruta na Bacia Hidrográfica.

“Essa reunião teve o objetivo de iniciarmos uma discussão sobre como é a cobrança do uso da água na bacia. Essa discussão, na verdade, não é um início. Essa discussão ela já perdura há bastante tempo no Comitê da Bacia. Em outras gestões da Câmara, até foi discutido, já foi levantado o preço. Mas como demos uma parada, estamos retomando tudo isso para poder conseguir avançar nesse tema. E uma das definições que tomamos, nós vamos oficializar a plenária do comitê, que sugerimos que a ANA, IGARN e AESA se sentem e apresentem uma proposta de cobrança do uso da água na bacia. Esse foi o entendimento principal sobre a cobrança da

bacia”, explicou.

Nelson também explicou que depois que a ANA, AESA e IGARN apresentaram as três propostas ou uma proposta única, a CPTI vai analisar essa proposta, decidindo pela sua homologação ou não, fazendo alterações para encaminhar para o comitê.

“E a outra proposta que nós

tiramos é que entendemos que, só pode ser cobrado quem é outorgado. Então nós precisamos definir os usos insignificantes na bacia e para isso também propomos que o comitê provoque a ANA, IGARN e AESA, para que eles também apresentem a proposta de uso insignificante para os usuários da bacia”, destacou.





MIDR e CE, PB, PE e RN celebram acordo para gestão sustentável da transposição do São Francisco



O Governo Federal, por meio do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), e os governos dos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte celebraram, nesta sexta-feira (4), em João Pessoa (PB), um acordo interfederativo para garantir a operação, de forma sustentável, do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

O acordo marca o compromisso do Governo Federal e dos quatro estados na implantação de um novo modelo de gestão que garanta sustentabilidade e os investimentos necessários para que a transposição do São Francisco possa alcançar todo o seu potencial e ser um indutor do desenvolvimento sustentável e inclusivo no semiárido nordestino. A União e os estados beneficiados se comprometeram a firmar os contratos até março de 2024, a fim de dar início à operação comercial. “Este é um momento histórico, porque, para o presidente Lula, sempre foi prioridade garantir água e comida para as pessoas das mais diferentes regiões do país, e com o Nordeste não é diferente”, destacou o ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes. “É um desafio avançar na transposição e na governança da gestão e sustentabilidade de tudo o que já foi investido e que será investido a partir do novo PAC (Programa de Aceleração de Crescimento), que o presidente lançará no dia 11 e terá uma carteira de obras de segurança hídrica e revitalização de bacias para impactar positivamente todo o Nordeste brasileiro”, destacou o ministro Waldez Góes.

“O Governo Federal tem vários compromissos nesse pacto, de acordo com as prioridades dos governos estaduais, e estão entre eles várias obras complementares ao Projeto de Integração do Rio São Francisco, como o Ramal do Piancó, na Paraíba, a primeira e a segunda etapa da Adutora do Agreste Pernambucano e o Ramal do Apodi, que atenderá os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará”, afirmou Góes. “Temos, inclusive, um contrato com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para que ele faça um contrato de uma Parceria Público Privada (PPP) patrocinada, com o Governo Federal participando, visando o aumento do bombeamento nos eixos norte e leste”, completou o ministro. O governador da Paraíba, João Azevêdo, ressaltou que o acordo assinado nesta sexta-feira vai garantir a sustentabilidade do sistema daqui para a frente. “Vai garantir o

futuro desse projeto, além das obras complementares, que são fundamentais para que o sistema como um todo funcione. O Rio Grande do Norte precisa do Ramal do Apodi. Pernambuco precisa da Adutora do Agreste. A Paraíba precisa do Ramal do Piancó e o Ceará, do Ramal do Salgado. Essas obras estão sendo garantidas por meio desse termo que assinamos hoje e desse contrato que iremos assinar em março do próximo ano. As águas do São Francisco já estão chegando e temos que fazer bom uso dela”, declarou.

Para a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, o acordo é motivo de comemoração. “Este é um momento histórico, de muita celebração, pois isso significa água, dignidade e cidadania para mais de 12 milhões de pessoas em 390 cidades no Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Ceará. É um sonho antigo para quem vive no nosso semiárido. É segurança hídrica e desenvolvimento econômico para a população. A palavra de hoje é gratidão, tanto ao presidente Lula, que tão de perto conhece essa realidade, quanto ao ministro Waldez Góes”, enfatizou. “Este acordo é uma mudança de paradigma que a gente não consegue nem imaginar quando a transposição estiver em plena operação. Poderemos ter água para a sobrevivência humana e começar a pensar em gerar renda, combater a fome e trazer novos negócios para um estado inteiro”, enalteceu a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra. “Quero ressaltar a importância do ministro Waldez neste momento por ele ser tão capacitado em promover diálogo.

A partir daí, conseguimos chegar a entendimentos e isso está sendo concretizado hoje. E uma obra tão grandiosa e importante como a transposição do Rio São Francisco exige toda essa capacidade de ouvir e propor soluções. E quem ganha com tudo isso, na verdade, são as pessoas que sofrem tanto com a ausência de água para consumo e para produção”, apontou o governador do Ceará, Elmano de Freitas.

Segundo o acordo, a União será responsável por prestar, de forma adequada, os serviços de operação, manutenção e fornecimento de água bruta da transposição aos quatro estados beneficiários, seja por meio de entidade estatal devidamente estruturada ou por concessão. Além disso, o Governo Federal deverá apoiar, por meio dos órgãos regionais de fomento, ações de setores produtivos das áreas beneficiadas pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco, observada a sustentabilidade do projeto e a utilização racional dos recursos hídricos. As unidades federativas serão responsáveis por arcar com as tarifas relativas à prestação do serviço de adução de água bruta do Projeto São Francisco, emitidas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Os recursos necessários para o pagamento devem estar previstos nas legislações orçamentárias estaduais a partir de 2024. Também caberá aos estados e obrigação de suportar integralmente os custos de operação e manutenção de canais e adutoras que sejam conectadas aos Eixos Norte e Leste do Projeto São Francisco e que beneficiem apenas um ente estadual, cuja execução das obras seja realizada diretamente pela União ou custeada por meio de transferências voluntárias da União, e que não integrem originalmente os Eixos Norte e Leste.

Fonte: Brasil 61



Paraíba destaca investimentos com recursos financeiros da cobrança pelo Uso da Água Bruta

A Cobrança pelo Uso da Água Bruta é um dos instrumentos de gestão da Política Nacional e Estadual dos Recursos Hídricos. No estado da Paraíba, a cobrança foi regulamentada desde o ano de 2012 e implementada em 2015.

A baixa inadimplência dos usuários paraibanos no período demonstra a compreensão do caráter educativo desse instrumento de gestão, reconhecendo a água como bem econômico, incentivando a racionalização do seu uso.

Outro objetivo alcançado a partir da cobrança foi a obtenção de recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.

Os recursos arrecadados são destinados ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FERH) e aplicados em conformidade com o plano de aplicação anual (aprovado pela Câmara Técnica, Comitês e Conselho de Recursos Hídricos).

No ano de 2019 foi realizado um acordo entre a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA) e a AESA para regularizar os pagamentos pendentes. Esse aporte financeiro, impactou positivamente a arrecadação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FERH).

O Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FERH), criado a partir da instituição da Política Estadual de Recursos Hídricos, em 1996, está em funcionamento desde sua regulamentação, ocorrida no ano de 2010.

Com o aporte significativo de recursos provenientes da cobrança no estado, o FERH ganhou robustez, passando a financiar ações importantes para a gestão dos recursos hídricos na Paraíba.

Dentre as aplicações com recursos do FERH se destacam: a reforma e ampliação da sede da AESA, Plano de Recursos Hídricos das Bacias Litorâneas, Estudo da sustentabilidade financeira do Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos da Paraíba e atualização da cobrança, Serviços de melhorias e limpeza das barragens, manutenção do Canal da Redenção, Plano Estadual de Recursos Hídricos, aquisição de ecobatímetro digital portátil.

SERVIÇOS DE MELHORIAS E LIMPEZA DAS BARRAGENS



MANUTENÇÃO DO CANAL DA REDENÇÃO



R\$ 1.143.227,56

REFORMA E AMPLIAÇÃO DA AESA



R\$ 843.538,98

PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - 2022



R\$ 2.093.507,03

AQUISIÇÃO DE ECOBATÍMETRO DIGITAL PORTÁTIL

R\$ 170.000,00





GALERIA DE IMAGENS

REUNIÕES DE ALOCAÇÕES NO RIO GRANDE DO NORTE E PARAÍBA



Informativo do Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu - Escritório de Apoio

Praça Dom José Delgado, 51 - A, 1º Andar -
Paraíba, Caicó/RN (no prédio da Rádio Rural)

Fone: (84) 3417-2948 - (84)9.8896-1840
(84)9.8896-1839

Diretoria

Presidente: Waldemir Fernandes de Azevedo
Vice-Presidente: Francisco Auricélio de Oliveira Costa
1º Secretário: Raimundo Inácio da Silva Filho
2º Secretário: Jacodemes Garrido de Sousa

Direção de Jornalismo e Produção

Jornalistas responsáveis

Marcos Dantas
Geraldo Oliveira